

deitaram mão, e como conseguiram reproduzir e ampliar a sua posição como grupo de elite, em contraste com o fracasso da grande aristocracia? A comparação sistemática permitiria talvez entender melhor não só a especificidade de cada grupo, como a natureza do processo de transformação que protagonizaram.

Qualquer que seja o valor destas sugestões, elas servem, pelo menos, para mostrar como um grande trabalho de investigação, como este, permanece aberto para interrogações que escapam às suas intenções expressas. Também neste sentido, algo lateral ao pretendido pelo autor, «o epílogo da história que se contou [pode desembocar] numa outra história que só agora se começa a escrever». Este *Crepúsculo* é também uma *Morgendämmerung*.

RUI SANTOS

José Viriato Capela, A revolução do Minho de 1846 segundo os relatórios de Silva Cabral e Terena José, Porto, Ed. Afrontamento, 1999-10-02.

Este livro consta de uma «Apresentação» (pp.7-42), e de um apêndice documental de 114 páginas, compreendendo 18 relatórios dirigidos pelo governador civil do Porto (conde de Terena José) ao ministro do Reino (Costa Cabral), e 10 relatórios dirigidos à rainha pelo ministro da

Justiça (Silva Cabral). Os destinatários de uns e outros obedecem à hierarquia oficial estabelecida pela Carta: o governador civil responde perante o ministro do Reino, e os ministros perante a rainha, enquanto chefe do poder executivo. Na prática e na realidade, como é óbvio, ambos se destinam a Costa Cabral, ministro do reino e chefe efectivo do governo (mau grado a presidência formal do duque da Terceira).

A «Apresentação» promete, explicita e implicitamente, elucidar o denso mistério que, pesem embora as memórias coevas e a historiografia contemporânea, o autor afirma que continua a pairar sobre a Maria da Fonte. Mas, infelizmente, nada acrescenta ao que já tem sido dito e escrito. Nomeadamente, nenhuma novidade substantiva se revela a respeito quer das «causas desta Revolução», quer da sua «Geografia e cronologia», quer dos malogrados esforços do governo e das autoridades em geral, e de Silva Cabral em particular, para a suprimir. Na realidade, a «Apresentação» nem sequer nos oferece uma súmula das conclusões apuradas em estudos disponíveis, nomeadamente em duas obras que o autor inexplicavelmente não usa, a saber, a tese de David Rorick, *The Maria da Fonte: History and Myth* (tese de mestrado submetida à Sonoma State University, 1984); e o livro de Vasco Pulido Valente, *Os militares e a política (1820-1856)* (Lisboa, 1997).

Assim, não apenas o papel e comportamento do exército não merecem referência destacada, e menos ainda são questionados ou explicados, como

a própria intervenção de Silva Cabral, expedido para o Porto «revestido de todos os poderes extraordinários e discricionários» por carta régia de 21 de Abril de 1846, não suscita ao autor a mais leve perplexidade. Quanto ao primeiro aspecto, Capela aceita implicitamente «o argumento clássico da inutilidade de combater «um corpo sem cabeça», o qual «não convence» (V. P. V., *op. cit.*, p. 129). Quanto ao segundo, não lhe ocorre que os poderes que Silva Cabral detinha sobre toda a administração do Estado, e sobre o próprio Exército, pudessem ter provocado a má vontade de civis e, sobretudo, de militares; tanto mais quanto o ministro colocava as colunas militares sob o controle de «Autoridades Civis» da sua confiança política e formava batalhões de paisanos para cooperarem com a tropa regular. Ora no primeiro caso existem indícios disso mesmo nos próprios relatórios agora publicados; e no segundo não apenas se conhece a «repugnância dos militares pela missão que lhes fora atribuída», como há razões para supor que Silva Cabral tenha sofrido «um sério decréscimo da autoridade» de que fora revestido (V. P. V., p. 130).

Com efeito, não apenas as colunas militares formadas pelo ministro da Justiça nunca se distinguem por especial energia repressiva, como a partir de 6 de Maio exibem notória falta de zelo no cumprimento da sua missão; sobre isso, o visconde de Vinhais, comandante da divisão militar de Trás-os-Montes, trata também ele (11 de Maio) de proclamar que achava «os males da nação gravíssimos» e que era muito neces-

sário «atender à pública ansiedade» (cit. in *História Popular e Ilustrada* de Pinheiro Chagas, vol. xi, p. 116). Nesta altura, o exército já tinha decidido abandonar Costa Cabral à sua sorte, uma atitude que o marechal duque da Terceira, ministro da Guerra e comandante da 1.^a Divisão militar, oficializa em Conselho de Estado de 20 de Maio ao opinar pela demissão do gabinete. O conde de Tomar, mais tarde, só de pensar que «o exército larg[ara] as armas sem combater», corriam-lhe pelo rosto «lágrimas de desesperação» (*Memórias do marquês de Fronteira e Alorna*, Lisboa, 1986, Apêndice, p. 64). A «situação» cabralista, que ele julgara que era dele, pertencia afinal ao exército cartista, e terminou com a defecção deste. A Maria da Fonte talvez tenha imortalizado «os Cabrais» como símbolo da violência espoliadora do Estado — mas não parece que tenha sido a causa directa da sua queda. E menos ainda parece que Silva Cabral tenha falhado a sua missão por lhe ter escapado a transcendente «complexidade causal da Revolução» (p. 36).

Resta acrescentar que os «Relatórios» apenas seriam úteis se a informação que contém fosse sistematizada e criticamente confrontada com outra fonte; no estado em que se apresentam, constituem uma documentação de que mesmo um leitor interessado pouco poderá extrair. Finalmente, o estilo palavroso e a gramática pouco esmerada da «Apresentação» contribuem para tornar todo o livro pouco prestável.

M. FÁTIMA BONIFÁCIO